



ESTADOS UNIDOS

De volta ao século 19

Suprema Corte do Arizona restabelece lei antiaborto criada durante a Guerra Civil. Medida proíbe interrupção da gravidez em quase todos os casos, inclusive incesto e estupro. Biden alerta para influência da agenda extremista

» RODRIGO CRAVEIRO

A Justiça do Arizona “reviveu” uma lei que vigorava no estado em 1864 e restabeleceu uma proibição quase que absoluta do aborto. A legislação, criada durante a Guerra de Secessão (1861-1865), permite a interrupção da gravidez somente em caso de necessidade para salvar a vida da mãe. O aborto passa a ser criminalizado, inclusive, nas ocorrências de estupro e de incesto. As penas para quem violar a lei variam de dois a cinco anos de prisão. Antes da decisão da Suprema Corte do Arizona, o texto vigente permitia a suspensão da gestação do feto de até 15 semanas. A Justiça estabelece um prazo de 14 dias para a medida ser implementada.

Kris Mayes, procuradora-geral do Arizona, denunciou a lei antiaborto como “inconcebível” e “um insulto à liberdade das mulheres”. “Hoje, a Suprema Corte do Arizona confirmou uma lei de 1864, (...) criada em uma época em que o Arizona não era um estado, a Guerra Civil ainda estava em curso, e as mulheres nem mesmo podiam votar”, declarou Mayes, em vídeo divulgado pela rede social X (o antigo Twitter).

“Há muitas incógnitas para mulheres que buscam cuidados da saúde reprodutiva em nosso estado. (...) Apesar da decisão de hoje (ontem), os provedores (de aborto) do Arizona poderão continuar (a funcionar) por um

curto período, como têm feito”, acrescentou Mayes. Ela assegurou que, enquanto permanecer no cargo, nenhum médico ou mulher será processado no Arizona em concordância com a nova medida. “Isso está longe do fim do debate sobre a saúde reprodutiva”, garantiu, ao criticar a “lei draconiana”.

Por meio de um comunicado, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, advertiu que milhões de cidadãos do Arizona viverão, em breve, “sob a mais perigosa e extrema proibição ao aborto”. “Ela fracassa em proteger as mulheres, mesmo quando a saúde delas estiver em risco ou em casos trágicos de estupro ou incesto”, afirmou. “Essa decisão é resultado de uma agenda extremista das autoridades republicanas eleitas, que estão comprometidas com a destruição da liberdade das mulheres.” O democrata acrescentou que ele e a vice-presidente Kamala Harris estão do lado da grande maioria dos americanos que apoiam o direito de escolha da mulher. “Nós continuaremos a lutar para resguardar os direitos reprodutivos”, prometeu o candidato à reeleição pelo Partido Democrata.

“Arcaico”

A democrata Katie Hobbs — governadora do Arizona — fez um pronunciamento de quase dois minutos, por meio do X, em que classificou a retomada de lei de 1864 como “insensível”.

Sandy Huffaker/AFP



Manifestantes pró-aborto diante da Corte Federal de Tucson, em julho de 2022: derrota histórica

“Esse texto arcaico, escrito por homens, 48 anos antes de o Arizona tornar-se um estado, ameaça as vidas de inúmeras mulheres e nos tira o controle sobre nossos próprios corpos”, declarou.

Apesar de reconhecer um “dia sombrio” na história do Arizona, Hobbs avisou às mulheres que a luta pela saúde reprodutiva está distante de acabar. Também lembrou-lhes que assinou uma ordem executiva impedindo

a responsabilização de médicos ou mulheres e que continua em vigor. “É ultrajante que um governo diga a vocês que a melhor decisão para a sua saúde ou o seu futuro possa, agora, ser considerado um crime. A decisão da Suprema Corte é absolutamente devastadora para as mulheres e as famílias do Arizona.”

Porta-voz da It Goes Far (“Vai longe demais”, na tradução literal) — campanha de oposição a uma emenda constitucional que

permitiria o aborto até a “viabilidade fetal” (entre 23 e 24 semanas de gravidez) —, Joanna De La Cruz explicou ao **Correio** que a lei anterior vigorou até a jurisprudência do caso Roe vs Wade (1973), o qual garantia o direito à interrupção da gestação. “O texto foi atualizado, em 2021, para remover quaisquer penalidades para as mulheres. A decisão de hoje (ontem) deixa o aborto legal no Arizona até 15 semanas de

gravidez, pelo menos pelos próximos 14 dias. A bola está com a Planned Parenthood para decidir se querem continuar o litígio que foi interrompido em 1973 ou solicitar uma nova suspensão”, explicou, em alusão à organização não governamental que fornece cuidados de saúde reprodutiva nos Estados Unidos.

De acordo com ela, a campanha It Goes Too Far tem apoiadores com diversas opiniões sobre aborto e questões políticas. “No entanto, todos concordamos que a proposta de alteração constitucional sobre o aborto é extrema e vai longe demais. Ela eliminaria as normas de segurança que protegem as mulheres, como a exigência de um médico qualificado, além da notificação e do consentimento dos pais”, observou. “Quase 80% dos eleitores querem limites à interrupção da gestação.”

Eleições

O tema do aborto é considerado central na corrida eleitoral norte-americana. Na segunda-feira, o magnata republicano Donald Trump, virtual candidato à Casa Branca em 5 de novembro, defendeu que as restrições ao direito ao aborto devem ser deixadas nas mãos dos estados. “Os estados irão determiná-lo por voto ou legislação ou, talvez, as duas coisas. O que decidirem deve ser a lei do país, neste caso, a lei do estado”, afirmou Trump, em vídeo publicado em sua rede social, Truth Social.

Pais de atirador são sentenciados à prisão

Bill Pugliano/Getty Images/AFP



James Crumbley (E) e a esposa, Jennifer (C): 10 a 15 anos na cadeia

Em 2021, Jennifer e James Crumbley compraram uma arma para o filho — um presente de Natal antecipado. Em 30 de novembro de 2021, Ethan, então com 14 anos, utilizou-a para matar quatro colegas e ferir sete pessoas na Oxford High School, no estado de Michigan, a 70km de Detroit. O casal se tornou os primeiros pais de um atirador sentenciados por homicídio culposo nos EUA pelas ações de seu filho. Cheryl Matthews, juíza do Tribunal do Condado de Oakland, os condenou a penas entre 10 e 15 anos de prisão cada um, contando os 28 meses que passaram atrás das grades. Ethan, por sua vez, cumpre pena de prisão perpétua.

“Essas condenações não se tratam de má paternidade”, disse a magistrada durante audiência em Pontiac, Michigan, que contou com a presença de parentes das vítimas. “Essas condenações confirmam atos repetidos, ou falta de atos, que poderiam ter interrompido um trem desgovernado.”

Nicole Beausoleil, mãe da Madisyn Baldwin, 17, morta durante o atentado, olhou para os Crumbleys e afirmou: “Não apenas seu filho matou minha filha, mas vocês dois também mataram”. Steve St. Juliana, pai de outra vítima, Hana St. Juliana, 14, disse que o assassinato da jovem “destruiu uma grande parte” de sua “alma”.

Antes de a juíza anunciar a sentença, Jennifer e James dirigiram suas palavras aos pais das vítimas e pediram “desculpas”. Durante julgamentos separados, os dois foram acusados de ignorar avisos de que seu filho tinha problemas de saúde mental. Jennifer Crumbley contou que o marido comprou para o filho a arma de fogo apenas alguns dias antes e ela levou o menino a um estande de tiro no dia seguinte. Os Crumbleys foram chamados na escola horas antes da tragédia, depois que uma professora ficou alarmada com um desenho violento que encontrou na mesa de Ethan — que cumpre prisão perpétua.

» Presidente vê “erro” em Gaza

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, está cometendo “um erro” em Gaza e fez um apelo urgente para que Israel aceite um cessar-fogo. “Acredito que o que ele (Netanyahu) está fazendo é um erro. Não concordo com sua abordagem”, disse Biden à emissora Univision. “Peço simplesmente que os israelenses convoquem um cessar-fogo, que permitam, durante as próximas seis ou oito semanas, todos aos alimentos e medicamentos que entrem na Faixa de Gaza.”

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Tribunal condena Suíça por inação

A Suíça violou a Convenção Europeia dos Direitos Humanos com sua inação climática, decidiu um tribunal superior da Europa, em uma decisão que estabelece a responsabilidade dos Estados diante do aquecimento global. “Este é apenas o início em termos de processos climáticos. Em todo o mundo, cada vez mais pessoas levam seus governos aos tribunais para que sejam responsabilizados por suas ações”, celebrou a ativista climática sueca Greta Thunberg.

A Corte Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) deu razão à associação suíça Idosos pela Proteção do Clima (ou Klima-Seniorinnen), mas rejeitou outras duas demandas, apresentadas por seis jovens portugueses contra 32 países e por um ex-prefeito francês. A associação suíça, formada por 2.500 mulheres com média de idade de 73 anos, denunciou ao tribunal

com sede em Estrasburgo, nordeste da França, que as “deficiências” da Suíça em termos de proteção climática “prejudicam gravemente o seu estado de saúde”.

A CEDH decidiu a favor das idosas, ao considerar que a Suíça violou o artigo 8 da Convenção, que aborda o “direito ao respeito à vida privada e familiar”, assim como o artigo 6 sobre o “direito a um processo equitativo”. A Grande Câmara da CEDH interpretou que artigo 8 da Convenção consagra o direito a uma proteção eficaz por parte das autoridades contra os graves efeitos adversos da mudança climática para a vida, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.

A Suíça tem agora a “obrigação jurídica de aplicar esta sentença”, disse à agência France-Presse o advogado das autoridades suíças Alain Chablais, enquanto o principal partido do país UDC (extrema-direita)

Frederik Florin/AFP



Membros da ONG KlimaSeniorinnen celebram a decisão da Corte Europeia dos Direitos Humanos (ECHR), em Estrasburgo

chamou a abandonar o Conselho Europeu após uma decisão “inaceitável”. Essa primeira decisão sobre a responsabilidade climática dos Estados era muito aguardada porque

poderia estabelecer jurisprudência nos 46 países-membros do Conselho da Europa, a organização internacional a qual pertence o tribunal.

“A CEDH estabeleceu que

a proteção do clima é um direito humano”, declarou a advogada da associação suíça, Cordelia Bähr. Para Joie Chodhury, da organização Center for International Environmental Law (Centro de Direito Ambiental Internacional), a sentença “influenciará a ação climática e os litígios sobre o clima em toda Europa e muito além”. “Não deixa espaço para dúvidas: a crise climática é uma crise de direitos humanos e os Estados têm a obrigação de agir com urgência e eficácia”, acrescentou.

Sabor agridoce

A jornada foi agridoce para os outros demandantes, em

particular o caso do grupo de jovens portugueses com idades entre 12 e 24 anos. “A vitória delas (das suíças) também é uma vitória para nós e uma vitória para todo o mundo”, declarou a portuguesa Sofia Oliveira, de 19 anos, “decepcionada” com o revés em seu caso. Após os incêndios que devastaram Portugal em 2017 e mataram mais de 100 pessoas, Oliveira e outros cinco jovens decidiram levar ao tribunal de Estrasburgo todos os países da União Europeia, além de Noruega, Suíça, Turquia, Reino Unido e Rússia, por sua inação contra a mudança climática. Os juízes rejeitaram a ação por vício processual, porque o grupo não esgotou previamente os recursos judiciais em seu país.